

ANÁLISE GEOGRÁFICA DA REGIÃO NORDESTE DA BAHIA

Rafael Rodas Vera Filho¹
Siméia Simões Leal²

RESUMO: *Análise de uma região econômica baiana caracterizada pela pobreza na busca de alternativas de seu desenvolvimento sustentável.*

Palavras-chave: Nordeste da Bahia; dinâmica regional; pobreza; desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar a região Nordeste da Bahia sob o ângulo do desenvolvimento sustentável face ao meio-ambiente caracterizado pelo clima semi-árido. O Nordeste baiano representa uma região-desafio para o desenvolvimento social, tendo em vista ser a área geográfica mais carente do Estado.

Utilizou-se a classificação em quinze regiões econômicas adotada pela Secretaria do Planejamento estadual. A região econômica 6 – Nordeste da Bahia situa-se entre as coordenadas geográficas de 8°30' e 11°55' de latitude sul e 37°46' e 40°01' de longitude oeste. Cobre cerca de 10% do território baiano e concentra quase 9% da população do Estado em 46 municípios. Limita-se com os estados de Pernambuco ao norte, e com Alagoas e Sergipe a leste. Faz fronteira com a região econômica do Paraguaçu e Litoral Norte ao sul e com as regiões econômicas da Chapada Diamantina e do Baixo Médio São Francisco, a oeste. A sua população vive predominantemente no campo e representa em torno de 35 % da população rural do Estado. Situada inteiramente no Polígono das Secas, o fenômeno da estiagem se apresenta na região em graus de intensidade variada, sendo menos seco a leste e sudeste e mais crítico a oeste e ao norte.

A **dinâmica regional** foi influenciada pelo processo histórico de povoamento (do litoral para o interior) e, principalmente, pelas secas periódicas e pelas desigualdades sociais. A região, como o semi-árido em geral, apresenta pequena capacidade de absorção de tecnologias capazes de fazer frente à estiagem. Neste período, a imigração se torna relativamente intensa (ALVES, 2001) e se reflete na queda do crescimento populacional. No entanto, esses dois fatores pouco influenciaram na disponibilidade da mão-de-obra. Ela é relativamente numerosa para as limitadas atividades econômicas existentes (CAR, 1999, p.55).

A característica predominante da região é a estagnação econômica, os indicadores sociais entre os mais baixos do Estado e as características ambientais que deveriam colocar esta área geográfica como prioridade social.

A pergunta que deu início à pesquisa foi a seguinte: Quais seriam as políticas mais apropriadas para a inserção da região em questão no contexto do desenvolvimento sustentável, considerando suas especificidades sociais e ambientais?

¹ Autor principal. Engenheiro, Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Professor Substituto de Geografia Regional na Universidade Estadual de Feira de Santana. Membro do Grupo de Estudos Regionais e de Integração Mundial (Universidade Federal da Bahia) desde 2004.

² Co-autora. Professora e Licenciada em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

DEFINIÇÃO DE TERMOS

DINÂMICA REGIONAL – Estudo da evolução, estagnação ou involução social e econômica analisada em seus aspectos geográficos e regionais: população, urbanização, atividades econômicas, mobilidade dos fatores de produção, características de consumo, estrutura de transporte e comunicações, sindicalismo e movimentos sociais, entre outros.

ELITES BAIANAS – Classes dominantes da Bahia, representadas pelos detentores dos meios de produção numa visão dialética.

ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO – Ganhos decorrentes da localização de uma atividade geograficamente próxima de outras que lhe são articuladas, complementares, dependentes, solidárias, tais como serviços financeiros, centrais de matérias-primas e serviços de manutenção industrial, além de utilidades públicas (HAGGETT, 1986).

INDUSTRIALIZAÇÃO DIFUSA – Pressupõe reduzida concentração espacial da indústria, que se espalha por cidades com unidades de pequeno porte, em um processo fragmentado de produção, tendo como principais vantagens a localização fora dos grandes centros urbanos – onde a atividade sindical é forte e estruturada –, permitindo a contratação de trabalhadores por salários menores, através de forma flexíveis de contratação (ALVES, 2001, p.90).

O NORDESTE DA BAHIA NO CONTEXTO REGIONAL DO ESTADO

A característica geral é a baixa produtividade em relação às demais áreas do Estado. Algumas condições limitantes do desenvolvimento sustentável da região são as seguintes:

- Domínio tradicionalmente agrícola numa área onde é limitada a aptidão climática para esta atividade;
- Boa parte da população reside na zona rural. Os centros urbanos, geralmente de pequeno porte, não possuem estrutura suficiente para abrigar atividades econômicas mais complexas (ALVES, 2001);
- A formação das cidades ocorreu de modo heterogêneo, em geral sem sustentabilidade econômica. Muitas localidades se tornaram cidades ao serem elevadas à categoria de sede de município, devido a reivindicações do poder político local. Poucas cidades tiveram como lastro uma ou mais atividades relacionadas à pecuária, agricultura ou mineração, capazes de atrair e manter significativos contingentes populacionais. Dentre 46 municípios, a região apresenta apenas cinco cidades com mais de vinte mil habitantes – Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Serrinha e Paulo Afonso (CAR, 2000, pp.148 e 112);
- Elite agrária com feição pouco empreendedora e reivindicadora de recursos governamentais (CASTRO, 2002). Pouco se nota, por parte do poder político, seja ele local ou de fora da região, iniciativa visando estimular incentivos ou obras de infraestrutura, capazes de tornar a região atrativa a investimentos e retirá-la da relativa estagnação (CAR, 2000, p.110);
- Os agentes sociais não possuem tradição organizativa, característica visível no Nordeste baiano em particular. Este fato induz ao individualismo e à busca de vantagens pessoais, além de reforçar o tipo de administração personalista, tornando aparentemente desnecessário o surgimento de instituições da sociedade civil (CAR, 2000).

Há tempos vem sendo adotado um regime de auto-abastecimento caracterizado pela policultura (milho, feijão, mandioca). A pecuária bovina se manteve secularmente vinculada ao atendimento do mercado interno do Estado, em especial a área dominada pelo município de Jeremoabo. Importante para a sua economia é o rebanho de caprinos – o mais numeroso da Bahia – existente nos municípios de Uauá, Canudos, Monte Santo e, principalmente, Euclides da Cunha. A industrialização incipiente foi tratada a seguir.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO

Mais recentemente, a criação de centros industriais no interior baiano não foi capaz de descentralizar o processo de industrialização na Região Metropolitana de Salvador, em parte, por falta de **economias de aglomeração** suficientes para atender às necessidades do modelo urbano-industrial vigente na metade do século XX. As indústrias implantadas de 1950 a 1990 caracterizaram-se pela dependência de matérias-primas – no caso da mineração e agroindústrias – ou pequenos empreendimentos que possuíam escalas de vendas limitadas aos pequenos mercados regionais (ALVES, 2001, p.89).

A abertura econômica do país a partir de 1990 criou novas oportunidades de desenvolvimento industrial para o semi-árido baiano em geral, através do processo de descentralização econômica. Nesse contexto, a **industrialização difusa** permitiu a implantação de algumas novas indústrias em diferentes regiões da Bahia, como a indústria de calçados. Fábricas contaram com amplos incentivos estaduais e municipais (ALVES, 2001, p.91), mas a atividade industrial ainda é incipiente no Nordeste baiano.

No caso da região Nordeste da Bahia, foram poucos os novos empreendimentos industriais de um certo porte estabelecidos nos últimos vinte anos: três minas de ouro de Teofilândia e Santa Luz; uma indústria de sucos em Nova Soure (Cajuba, recentemente desativada). O destaque é a indústria de tapetes e derivados de sisal da APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia) no município de Valente, inclusive com exportação (CAR, 2000, p.63).

Algumas possibilidades de industrialização têm sido divulgadas, embora sem maiores desdobramentos devido, em grande parte, à fragilidade nos estudos de viabilidade, falta de infraestrutura e desinteresse de capitalistas. Exemplos de projetos sugeridos pelos técnicos da CAR: instalação de pequenas e médias unidades de processamento leiteiro em Jeremoabo, Euclides da Cunha, Conceição do Coité e Ribeira do Pombal; implantação de unidade de processamento industrial da caprinocultura no subespaço formado por Euclides da Cunha, Canudos, Monte Santo, Cansação, Uauá, Quijingue e Nordestina; projeto de indústria de beneficiamento da castanha de caju em Ribeira do Pombal, cuja produção agrícola era vendida para outros Estados sem qualquer beneficiamento.

A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A idéia de sustentabilidade configura-se como uma orientação para a criação de políticas públicas com vistas a um desenvolvimento fundado em alicerces mais duráveis.

A globalização da economia, a ampliação da consciência ambiental, a revolução tecnológica das comunicações, dos transportes, a informática e a biotecnologia representam

amostras da amplitude da corrente global que exige certas mudanças. Preparado ou não, o sertanejo aos poucos vai conhecendo e assimilando as transformações que surgem à sua volta.

O conceito de sustentabilidade, anexado ao processo do desenvolvimento, vai além da dimensão geoambiental, satisfazendo as áreas social, econômica, política, científica e cultural.

Outro aspecto interessante refere-se à durabilidade. O desenvolvimento sustentável, ao se nortear no sentido de cada vez maior persistência no tempo, deve necessariamente: ser economicamente eficiente, socialmente justo, ambientalmente responsável, culturalmente difundido e apropriado, além de politicamente alicerçado na participação da sociedade. Para se chegar a este cenário, o desenvolvimento sustentável requer, no longo prazo, a equidade social, a continuidade e a permanência das ações, a preocupação com os estoques de recursos naturais e a solidariedade entre as gerações de hoje e amanhã.

Numa região com indicadores sociais a exigir intervenções urgentes, o equacionamento do problema requer um tratamento diferenciado. Técnicos sugerem estimular o associativismo (CAR, 2000), mas o papel das mesmas elites se mantém na obstrução dos canais de participação popular e manutenção das relações de dominação. A seguir procurou-se traçar um perfil desse estrato social dominante.

ELITES BAIANAS – GÊNESE E DOMINAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO

Em se tratando das elites do semi-árido, os autores em geral referem-se aos grandes criadores de gado, os coronéis. Esses grandes latifundiários constituíam uma elite poderosa, capaz de orientar as políticas e intervenções governamentais na região em benefício próprio. Esses proprietários de terras deram origem a uma grande parcela da elite baiana que até hoje domina econômica e politicamente o semi-árido em nosso Estado.

A origem do fenômeno coronelista, que ocorreu em praticamente todo o Nordeste brasileiro até a primeira metade do século XX, remonta “(...) ao grande poder que detinham os potentados rurais brasileiros ... floresceu com vigor especial com a criação da Primeira República e o advento do federalismo. Naquele contexto, devido à ‘valorização’ do processo eletivo (maior frequência das eleições), as oligarquias regionais e estaduais passaram a gozar de grande poder para, inclusive, definir a eleição presidencial. Para exercer esse poder, não podiam dispensar os votos do eleitorado rural, então ainda predominante. Daí a importância do ‘coronel’, normalmente um chefe político local (não necessariamente chefe do executivo municipal, de fato, mas sempre seu comandante direto), a quem cabia arregimentar votos. Nessa lógica, é de vital importância o controle de certos recursos críticos – a terra, a água e os serviços públicos essenciais, por exemplo – por parte do ‘coronel’, o que o leva a controlar também as ‘gentes’” (VIDAL, 2001, p.83 *In* SANTOS e PINHO, 2003, p.78).

A partir do final da década de 1950 o Estado brasileiro passou a desenvolver políticas visando a integrar o interior do país ao cenário nacional (estradas, adutoras, açudes, hidrelétricas, poços artesianos, etc.).

Os sucessivos governos desempenharam papel fundamental na reorganização espacial, implantando infra-estrutura física e institucional, dando assim, continuidade à estratégia de ocupação de vazios demográficos e ao desenvolvimento regional. Surgiram a SUDENE, a CODEVASF, a CAR e muitos outros órgãos que, de uma forma ou de outra, beneficiaram ainda mais a elite dominante da região, de perfil social extrativo e dependente de benefícios estatais.

Todo este conjunto de mudanças recentes na estrutura econômica do semi-árido introduziu também um novo tipo de produtor-latifundiário – o empresário rural – e um padrão

produtivo em que a mecanização se fizesse presente, sendo este modelo em escala muito menor na região em estudo.

Em especial, tais mudanças estiveram distantes de alterar as práticas sociais estabelecidas, a relação capital-trabalho, a organização espacial da propriedade rural, as redes de assistência social, enfim, a região permanece à margem do desenvolvimento sustentável.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o antigo modelo colonial agro-exportador (ambientalmente predatório e socialmente excludente) se mostrou desfavorável para a região. Intensificou o processo de urbanização do litoral baiano e determinou para o semi-árido um povoamento espacialmente rarefeito e rural.

A especificidade social tem estado representada pela estrutura agrária dominada por uma elite baiana beneficiada por benesses concedidas pelo poder público. Na dominância desta elite talvez se situe a raiz das desigualdades sociais verificadas da região.

Retorna-se à pergunta elementar: Se a elite agrária lidera a concentração de terras e controla os demais recursos produtivos, poderá haver alteração mais profunda no quadro agudo de pobreza?

Na maioria das publicações consultadas, as alternativas para o desenvolvimento sustentável são pouco diversificadas e sem argumentação consistente diante das particularidades regionais. Autores recomendam a produção e industrialização inicial do mel, beneficiamento da produção de caprinos e ovinos, piscicultura em açudes e barragens, além do incentivo ao turismo ecológico. Seriam estas as únicas soluções para a referida região?

Outra fragilidade da teoria do desenvolvimento sustentável se assenta na sua dificuldade em tratar com a estrutura social. O desenvolvimento sustentável desconsidera subverter a base da ordem social vigente. Na situação crítica vivida pela região em estudo, modificar a organização espacial vigente seria uma condição necessária para elevar os indicadores sociais. Distribuição de terras, apoio maciço à agricultura familiar, educação ambiental em escolas rurais, fortalecimento de conselhos municipais e estímulo à criação de redes ou associações de pequenos produtores seriam medidas necessárias, mas não suficientes.

Poucas alternativas de desenvolvimento sustentável trazem em seu conteúdo o seguinte:

- O papel transformador da educação. Um dos aspectos mais importantes talvez seja o fortalecimento da escola família agrícola (EFA). A melhoria das condições de trabalho de professores e alunos e, por conseguinte, a elevação da qualidade de ensino deveria ser meta prioritária. A articulação da EFA com as universidades baianas poderia trazer resultados mais duradouros, especialmente em termos de educação ambiental. No aspecto técnicas agrícolas, a contribuição do Centro de Pesquisa Agrícola do Trópico Semi-Árido (CPATSA) na difusão de novas tecnologias de produção agropecuária poderia ser expandida através da EFA;
- Mobilização da sociedade civil em torno da discussão de alternativas ambientalmente aceitas para os diversos setores da produção. A realização de reuniões regionais para discussão do Orçamento Participativo de 2008 foi apenas mais uma iniciativa localizada. Os investimentos governamentais e sua desconcentração deveriam partir das discussões continuadas e não apenas de reuniões temáticas esporádicas e muitas vezes sem representatividade da maioria dos agentes sociais;

- O recorte espacial constitui-se num passo importante no planejamento regional, mas na sua implementação são necessários projetos bem definidos. A contigüidade espacial, base necessária para políticas e programas de ação regional, pode ser contestada diante do panorama mundial globalizado. É essencial ter conhecimento permanente da dinâmica regional. Portanto, a criação de grupos de estudo, como o esperado “Observatório de Estudos do Semi-Árido” pela Fapesb, seria uma iniciativa positiva a ser implementada pela Universidade Estadual de Feira de Santana;
- Vive-se a ilusão de que os investimentos governamentais tendem a corrigir as distorções sub-regionais. Nem sempre fica claro a quem de fato interessa determinados aportes de recursos ou quais os verdadeiros beneficiados pelos financiamentos estatais.

Por fim, defende-se a idéia de que o semi-árido, não somente pelo fato de possuir meio-ambiente diferenciado, deveria ser mais valorizado num contexto de regionalismo aberto e definido por ações que beneficiem a agricultura familiar e a educação ambiental através do desenvolvimento sustentável. A respeito da industrialização difusa, não trouxe benefícios diretos para a realidade regional, sendo necessários estudos consistentes que venham a repensar a questão à luz da sustentabilidade. A permanência do domínio regional por parte de uma elite agrária tem se mostrado um forte entrave à aplicação de diferentes modelos de intervenção, como o Programa de desenvolvimento regional sustentável (PDRS) – Nordeste da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis Aguiar. Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: Uma análise com base nas grandes áreas. In: **PIB da Bahia (1975-2000)**. Salvador: SEI, 2001.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **Programa de desenvolvimento regional sustentável (PDRS) – Nordeste da Bahia**. Salvador: CAR, 2000. 257 p.

CASTRO, Iná E. **O mito da necessidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Seca versus seca: novos interesses no semi-árido nordestino. In: CASTRO, Iná E.;

GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SANTOS, Cândida; PINHO, Simone. Breve histórico de ocupação da Bahia em três grandes áreas. In: **Tendências demográficas da Bahia**. Salvador: SEI, 2003.